



3

A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2022



3

A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos 3 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5983-849-3
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.493222801>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e de trato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado **“A Educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos”**, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os professores e professoras pesquisadoras em seus diferentes espaços de trabalho.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os diversos capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercrossa.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto fenômeno social importante para o fortalecimento da democracia e emancipação humana.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E A CULTURA IORUBÁ: UM DIÁLOGO A PARTIR DA MÚSICA
'MARACATU DO MEU AVÔ'

Camila Oliveira Lourenço


Antonio Fernandes Nascimento Junior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4932228011>

CAPÍTULO 2..... 12

A DIFICULDADE E A NECESSIDADE DE SER FREIREANO HOJE

Paulo Gomes Coutinho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4932228012>


CAPÍTULO 3..... 18

ELABORAÇÃO DE UM PROGRAMA DE RESPOSTA À INTERVENÇÃO (RTI) EM
SEGUNDA CAMADA PARA DESENVOLVIMENTO DO PRINCÍPIO ALFABÉTICO E DAS
HABILIDADES METAFONOLÓGICAS

Melissa Pinotti Marguti

Alexandra Beatriz Portes de Cerqueira César

Simone Aparecida Capellini

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4932228013>

CAPÍTULO 4..... 29

REFLEXÕES SOBRE ÉTICA NA FORMAÇÃO DOCENTE E CIDADÃ DOS DISCENTES

Sibeli Balestrin Dalla Costa


Inayara da Silva Rebelatto

Débora Juliana Hirt Lintzmaia

Derli Juliano Neuenfeldt

Cristiane Slusarski

Ananza Di Renzo dos Santos


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4932228014>

CAPÍTULO 5..... 34

A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO
NA IDADE CERTA (Pnaic) SUBSUMIDO EM PERIÓDICOS ELETRÔNICOS E ANAIS DA
ANPED NO ENTRETEMPO 2014-2020

Silvia Cristiane Alfonso Viédes

José Edson Barbosa de Moraes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4932228015>

CAPÍTULO 6..... 46


TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO: EXERCITANDO A LEITURA E A INTERPRETAÇÃO
DE GRÁFICOS E TABELAS

Aleff Hermínio da Silva

Eduarda de Lima Souza

Claudilene Gomes da Costa


Marilza Pereira Valentini

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4932228016>

CAPÍTULO 7..... 59

A BIOANTROPOÉTICA NO ESPAÇO ESCOLAR: PRÁTICAS DE AUTOCONHECIMENTO COM CRIANÇAS E PESSOAS ADULTAS E OS PROCESSOS DE AUTO-ECO-CO-TRANS-FORMAÇÃO

Fernanda Silva do Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4932228017>

CAPÍTULO 8..... 68


A INFLUÊNCIA DA ATIVIDADE FÍSICA NA APRENDIZAGEM DO EQUILÍBRIO CORPORAL DE ADOLESCENTES COM PARALISIA CEREBRAL PARTICIPANTES DO PROGRAMA DE ATIVIDADES MOTORAS PARA DEFICIENTES

Jefferson Raimundo de Almeida Lima

Augusto Carvalho de Souza

Minerva Leopoldina de Castro Amorim

Kathya Augusta Thomé Lopes

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4932228018>

CAPÍTULO 9..... 81

COMPORTAMENTO SOCIAL VIRTUAL EM CURSOS DE EXTENSÃO: A COOPERAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA DAS MULHERES

Marzely Gorges Farias

Zelindro Ismael Farias

Cleia Demétrio Pereira

Martha Inés Moreno Mendel

Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco

Fábio Manoel Caliarí

Luciana Kornatzki

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4932228019>

CAPÍTULO 10..... 93

A “MÃEZONA” DE TODOS: A PRÁTICA DISCURSIVA SOBRE DONA NILZA DE OLIVEIRA PIPINO NA GLEBA CELESTE, NA DÉCADA DE 1970

Cristinne Leus Tomé

Leandro José do Nascimento

Milton Mauad de Carvalho Camera Filho

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49322280110>


CAPÍTULO 11..... 105

INTERSECÇÃO ENTRE PROCESSO EDUCACIONAL E O TRABALHO EM SAÚDE: VIVÊNCIAS EM METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM NO MESTRADO PROFISSIONAL

Adriana Barbieri Feliciano

Aline Guerra Aquilante


Daniele Perez Gomes
Helen da Costa Toledo Piza
José Sérgio Traldi Junior
Rosana Maria Menzani

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49322280111>

CAPÍTULO 12..... 115

A METODOLOGIA DE DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIA APLICADAS AOS CURSOS DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO E RECEPCIONISTA

Marley de Carvalho Lima Soares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49322280112>

CAPÍTULO 13..... 126

PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR ATRAVÉS DA ABORDAGEM SAÚDE RENOVADA: EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Rosana Cabral Pinheiro

Ágna Retyelly Sampaio de Souza

Anderson dos Santos Oliveira

André Luis do Nascimento Mont' Alverne

Camilla Ytala Pinheiro Fernandes

Dyandra Fernanda Lima de Oliveira

Thamires Santos do Vale

José Edson Ferreira da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49322280113>


CAPÍTULO 14..... 138

CONSTRUINDO COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS NA 4ª REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Olívia Cristina Vituli Chicolami

Rosana Helena Nunes

Nirlei Santos de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49322280114>


CAPÍTULO 15..... 150

O CURRÍCULO E AS TECNOLOGIAS: A INSERÇÃO SOCIAL DO ESTUDANTE NA CONTEMPORANEIDADE

Juliana Mezomo Cantarelli

Michele Moraes Lopes

Lucinara Bastiani Correa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49322280115>

CAPÍTULO 16..... 160

RIO BONITO: A INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS NOS ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Mário Eduardo Coutinho de Oliveira

Sônia Regina Mendes dos Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49322280116>

CAPÍTULO 17..... 166

APLICATIVOS UTILIZADOS NA AULA REMOTA NO ENSINO DA FILOSOFIA: RELATO DE EXPERIÊNCIA NUMA IES EM SÃO LUÍS - MA


Isabel Cristina Costa Freire
Maria Tereza Silva de Medeiros
Rosilene da Conceição Rodrigues Moreira
Gabriella Sousa da Silva Barbosa
Kiema Victória Padilha Taty
Isabella Fernanda Ferreira Pereira
Miria de Fátima Araújo Martins
Cristiane Alvares Costa
Francisco Batista Freire Filho
João Batista Bottentuit Júnior

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49322280117>

CAPÍTULO 18..... 181

A CONTRIBUIÇÃO DE ANTÔNIO JOAQUIM SEVERINO PARA A ÉTICA NA FORMAÇÃO DO EDUCADOR


Ananda Samanta Melo da Paixão
Raimunda Lucena Melo Soares

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49322280118>

CAPÍTULO 19..... 190

HISTORIOGRAFIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL/INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE CAMETÁ


Alice Marques Assunção
Railma Santiago Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49322280119>

CAPÍTULO 20..... 198

A PESQUISA NOS/DOS/COM/ OS COTIDIANOS DAS ESCOLAS SOBRE O APRENDIZADO DA LÍNGUA INGLESA


Cláudia Botelho Silva
Inês Barbosa de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49322280120>

CAPÍTULO 21..... 202

APONTAMENTOS SOBRE AS POLÍTICAS DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

Sergio Luiz de Souza Vieira
Ubiratan Silva Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49322280121>

CAPÍTULO 22..... 216

INTEGRANDO CONCEPTOS FÍSICOS, QUÍMICOS Y BIOLÓGICOS eN LA POTABILIZACIÓN DE AGUA de CAÑADA

Gabriela Rodríguez Giordano
Sonia Rodríguez Giordano

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49322280122>

CAPÍTULO 23.....227


OFICINAS DE SABONETES ARTESANAIS E SAIS DE BANHO EM ESCOLAS PÚBLICAS

Hellen Carolina Nunes Queiróz

Gabriela Carolina Milanezzi

Maria Isabel de Oliveira

Andreia Pereira Matos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.49322280123>

SOBRE O ORGANIZADOR.....237

ÍNDICE REMISSIVO.....238

CAPÍTULO 21

APONTAMENTOS SOBRE AS POLÍTICAS DO ENSINO RELIGIOSO NO BRASIL

Data de aceite: 10/01/2022

Sergio Luiz de Souza Vieira

União das Instituições de Serviço, Ensino e
Pesquisa – UNISEPE
Amparo – São Paulo – Brasil
<http://lattes.cnpq.br/4012611052722081>

Ubiratan Silva Alves

Universidade Federal do Vale do São Francisco
– Cefis – UNIVASF
Petrolina – Pernambuco- Brasil
<http://lattes.cnpq.br/3660864010905086>

RESUMO: As temáticas que envolvem religião sempre foram tidas como tabus nas sociedades e carecem sempre de serem melhor discutidas. Ainda que existem várias religiões diferentes espalhadas por todas as partes do Mundo, cada qual com suas características peculiares, existem pessoas que tentam impor alguns tipos de comportamentos e atitudes associados a determinadas religiões numa eterna corrida para se saber qual a melhor e qual a pior, se é que é possível fazer essa mensuração. A história da construção e do desenvolvimento da sociedade brasileira esteve e está imbricada com essa temática praticamente em todos os segmentos. Essa grande diversidade de religiões atualmente no Brasil mostra que praticamente metade da população pertence a religião católica e que 31% são considerados evangélicos tendo apenas 10% sem religião, ou seja, uma população envolvida com esse tema. Diante disso, este texto apresenta aspectos relevantes no que tange ao ensino

religioso nas escolas brasileiras. Para isso, o método de pesquisa utilizado é o bibliográfico-jurídico-teórico, de caráter exploratório, cuja fundamentação ocorreu através da apresentação e análise das legislações pertinentes ao longo da história. Analisou-se essa temática desde o período colonial até a última documentação oficial que é a BNCC - Base Nacional Comum Curricular. Pode-se constatar que ocorreram várias transformações no que diz respeito não apenas aos documentos oficiais, mas também a própria interpretação e incorporação desses saberes pelos diversos grupos sociais. Ficou evidenciada uma grande transformação do caráter doutrinário inicial para o desenvolvimento de competências humanísticas pertinentes ao desenvolvimento da cultura de paz, por meio da convivência com a diversidade e a pluralidade de ideias lembrando que apenas Leis e documentos nunca serão suficientes para garantir mudanças principalmente no sentido de uma cultura de paz visto que as palavras, as leis e as normas precisam ser incorporadas no dia a dia das pessoas.

PALAVRAS-CHAVE: Religiosidade; Ensino; Políticas.

NOTES ABOUT RELIGIOUS EDUCATION POLICIES IN BRAZIL

ABSTRACT: Thematics involving religion have always been considered taboo in societies and always need to be better discussed. Even though there are several different religions spread all over the world, each with its peculiar characteristics, there are people who try to impose some types of behaviors and attitudes associated with

certain religions in an eternal race to know which is the best and which is the worst, if it is possible to make this measurement. The history of the construction and development of Brazilian society was and is intertwined with this theme in practically all segments. This great diversity of religions currently in Brazil shows that practically half of the population belongs to the Catholic religion and that 31% are considered evangelicals, with only 10% having no religion, that is, a population involved with this topic. Therefore, this text presents relevant aspects regarding religious education in Brazilian schools. For this, the research method used is the bibliographic-legal-theoretical, exploratory character, whose foundation occurred through the presentation and analysis of relevant legislation throughout history. This theme has been analyzed since the colonial period until the last official documentation, which is the BNCC - Common National Curriculum Base. It can be seen that there have been several transformations with regard not only to official documents, but also the very interpretation and incorporation of this knowledge by different social groups. A major transformation of the initial doctrinal character was evidenced for the development of humanistic competences relevant to the development of the culture of peace, through the coexistence with the diversity and plurality of ideas, remembering that only Laws and documents will never be enough to guarantee changes, mainly in the sense of a culture of peace as words, laws and regulations need to be incorporated into people's daily lives.

KEYWORDS: Religiousness; Teaching; Policies.

INTRODUÇÃO

Ainda temos alguns indivíduos nas diferentes sociedades que defendem a tese de que religião, política e futebol não se discute, preconiza-se que, não só se discute como só se discute no sentido de possibilitar que cada um mostre suas crenças, religiões e possam assim trocar ideias a fim de cada um possa ter a possibilidade de conhecer outras manifestações além daquelas que ele próprio conheça.

O ensino religioso no Brasil sempre esteve envolto em grandes polêmicas, desde o Brasil Colônia. A Igreja Católica Apostólica Romana, diferentemente das Evangélicas e Pentecostais, sempre fechou questão sobre o ensino religioso nas escolas públicas e assim se transcorreu ao longo de nossa história.

As questões acerca desta temática têm seu início praticamente na época dos primeiros colonizadores quando se identificou um tipo de educação religiosa que, por meio da disciplina, funcionava como uma forma de doutrinação e imposição das ideologias colonialistas que tinham como base valores sociais cristãos.

Inicialmente a Educação no Brasil foi implantada e administrada pelos Jesuítas sendo que a principal característica deste período foi a educação humanista caracterizada por ser individualista e centrada nos valores propostos pelo Renascimento com fins de beneficiar a ideologia reinante através de métodos tradicionais.

O caminho pedagógico utilizado pelos jesuítas tinha a intenção de aumentar o número de adeptos ao catolicismo sendo que o Ensino Religioso tinha como principal característica a doutrinação com aulas de catequese aos nativos e negros pagãos.

Neste período de monarquia o Ensino Religioso ainda estava atrelado ao Estado e o catolicismo passou a ser a religião oficial do Império tendo o componente pedagógico dissimulado e submetido à metrópole como aparelho ideológico, visto que a Igreja exercia grande poder tanto no que se refere ao patrimônio quanto as questões culturais e sociais onde o Ensino Religioso no Brasil indicava caminhos para a partir da fé expressa pela Igreja Católica Apostólica Romana. A Igreja nesse momento da história tinha interesse de evangelizar a população pregando ou impondo a doutrina católica romana.

Um grande marco de mudanças ocorre a partir da proclamação da República em 1889 que sugere uma nova concepção de Estado laico influenciado pela chamada Escola Nova que pregava a separação das questões religiosas da escola.

Posteriormente, a Constituição de 1937 rompe de modo radical as relações entre Estado e Igreja estabelecendo que o Ensino Religioso deveria ser uma matéria das escolas primárias, secundárias e também do ensino do Normal. No Decreto-Lei nº 4.244, do dia 9 de abril de 1942, instituiu a lei orgânica do ensino secundário e, em artigo 21 apresenta o ensino religioso como parte integrante da educação, sendo lícito às escolas de ensino secundário incluir tal disciplina nos estudos do primeiro e do segundo ciclo.

A primeira Lei de Diretrizes e Bases (LDB 4024/61) fala do ensino religioso em seu artigo 97 indicando que:

“O ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa, e será ministrado sem ônus para os poderes públicos, de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável. § 1º A formação de classe para o ensino religioso independe de número mínimo de alunos. § 2º O registro dos professores de ensino religioso será realizado perante a autoridade religiosa respectiva.

A partir de 1964 há uma nova reaproximação entre Estado e Igreja, sendo a disciplina de Educação Moral e Cívica um meio para veicular as ideias das duas instituições aos alunos nas escolas. Era atribuída a Igreja a função de ensinar os preceitos morais que eram importantes para a consolidação das forças militares. A responsabilidade eclesial era estimular e desenvolver nos estudantes o seu caráter.

A Constituição Federal de 1988, conhecida como “Constituição Cidadã”, definem diretrizes e bases que regem a educação nacional, modificando as estruturas e o funcionamento escolar. No caso o Ensino Religioso poderia se constituir como um elemento emancipador favorecendo para que o conhecimento religioso fosse além da “catequese”.

Na nossa sociedade ocorreu no segundo semestre de 2017 em audiências públicas realizadas em diversas cidades, quando o Conselho Nacional de Educação (CNE) discutiu se a disciplina de Ensino Religioso deveria ou não constar na BNCC.

O texto final e aprovado em dezembro do mesmo ano trouxe de volta as escolas o Ensino Religioso agora como área de conhecimento sendo que o caráter dado ao tema é de foco não-confessional, ou seja, não há privilegio de nenhuma religião. A ideia então é de

dar importância aos debates sobre as tradições de diversas crenças.

Esse assunto deve ser considerado como muito importante retratado através dos números de pessoas ligadas a religião. Diante da grande miscigenação da sociedade brasileira ocorreram várias divisões no que se refere a religião principalmente marcada pelo sincretismo entre religiões cristãs e ritos de matriz africana ou indígena.

Essa grande diversidade de religiões expressa em número mostra que atualmente no Brasil tem-se:

Católica: 50%;

Evangélica: 31%;

Não tem religião: 10%;

Espírita: 3%;

Umbanda, candomblé ou outras religiões afro-brasileiras: 2%;

Outra: 2%;

Ateu: 1%;

Judaica: 0,3%;

Em algumas projeções feitas por estudiosos aparece nos próximos anos uma diminuição no número de católicos e um aumento no número de evangélicos espalhados pelas diversas regiões do Brasil.

OBJETIVOS E MÉTODOS

O objetivo deste texto é apresentar um esboço histórico da temática relacionada ao ensino religioso no Brasil culminando com a última documentação que é a BNCC – Base Nacional Curricular Comum.

O método de pesquisa utilizado foi o bibliográfico-jurídico-teórico, de caráter exploratório, feita a partir do levantamento de referências teóricas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. (FONSECA, 2002).

Em relação ao caráter exploratório, este texto pretende proporcionar maior familiaridade com o problema de pesquisa, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses.

Gil (2007) mostra que a grande maioria dessas pesquisas envolve:

(a) levantamento bibliográfico;

(b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado;

(c) análise de exemplos que estimulem a compreensão

O mesmo autor oferece exemplos característicos desse tipo de pesquisa que são sobre investigações, sobre ideologias ou aquelas que se propõem à análise das diversas

posições acerca de um problema.

No caso desta pesquisa, a fundamentação se deu na análise das legislações pertinentes a temática tendo como questão norteadora o percurso do ensino religioso no Brasil.

DESENVOLVIMENTO

O ponto de partida deste texto é a noção de salvação, contida no primeiro documento da história do Brasil, a Carta de Pero Vaz de Caminha ao Rei dom Manuel I, por ocasião do achamento do Brasil:

Porém o melhor fruto, que dela se pode tirar me parece que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. E que não houvesse mais que ter aqui esta pousada para esta navegação de Calecute, isso bastaria. Quanto mais disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento, da nossa santa fé (Caminha, in Cortesão, 1943, p. 239).

Como se observa, “salvar esta gente” foi a principal recomendação ao Rei e, por conseguinte, se relaciona com a educação e a catequese, pois o ensino do português e do latim era necessário para os nativos acompanharem as missas, assim como como para o ensino técnico, para que as crianças indígenas e as aqui nascidas, aprendessem os ofícios de pedreiro, carpinteiro, marceneiro, agricultor e outras profissões foram necessárias naquele momento, tanto para os clérigos quanto para o desenvolvimento econômico da colônia.

A metodologia que os jesuítas utilizavam com os indígenas e aos que aqui nasciam, é muito próxima do que hoje é a Waldorf. Faziam uso da música, do teatro e da poesia, além das Sete Artes Liberais (lógica, gramática, dialética, aritmética, música, geometria e astronomia). E com o advento do Império do Brasil, em 1822, D. Pedro I, permitiu que outras ordens viessem para o Brasil, tais como dominicanos, salesianos e lazaristas.

A Constituição do Império do Brasil, outorgada em 1824, tratou da educação como “Instrução”. Nesta época surgiu a primeira legislação educacional do país, que determinava o ensino religioso católico, como se demonstra:

Artigo 6º Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de aritmética, pratica de quebrados, decimais e proporções, as nações mais gerais de geometria pratica, a gramática da língua nacional, e os princípios de moral cristã e da doutrina da religião católica e apostólica romana, proporcionados à compreensão dos meninos; preferindo para as leituras a Constituição do Império e a História do Brasil (Lei do Império de 15/10/1827).

Em 15 de novembro de 1889 caiu o Império e surgiu, ainda que provisoriamente, a República dos Estados Unidos do Brasil. Tem início assim, o período caracterizado pelo Positivismo, que é uma escola filosófica que tem a ciência como único critério de verdade. Consequentemente, houve grande importância curricular as disciplinas de Matemática,

Física, Química, Biologia e Geografia, em detrimento das humanísticas. Obviamente, com grandes oposições da Igreja Católica, como se observa:

Rigorosos na disciplina, os jesuítas desenvolveram cuidadosa prática pedagógica para orientar a prática dos professores [...] permaneceram fiéis ao pensamento filosófico de Aristóteles e São Tomás de Aquino. Alheios à disputa entre empiristas e racionalistas, recusaram-se a tratar das descobertas científicas de Galileu e Kepler (Aranha, 2006, p. 113).

Por meio de um golpe de Estado, em 1930 Getúlio Vargas chegou ao poder pela Revolução Nacionalista, e em 1932, surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que foi uma proposição encaminhada para Getúlio Vargas, ao Ministro da Educação e para toda a sociedade brasileira. Entendiam que a Educação no Brasil tinha servido apenas para os interesses da elite dominante, enquanto a grande parcela da população, por não ter acesso escolar, não conseguia ascender social e economicamente. Assim, propuseram uma reforma geral que proporcionasse uma Educação única, pública, laica, obrigatória, integral, gratuita e acessível para todas as classes sociais sem nenhuma discriminação.

Possivelmente, a Igreja Católica fez oposições ao manifesto, pois tinha sob seu domínio, a maioria das escolas particulares, denominadas de confessionais, de tal modo que, além de auferir grandes receitas, tinha também sob sua formação os filhos das elites, portanto, era concorrente educacional com o Estado brasileiro.

Getúlio Vargas dependia politicamente da Igreja Católica, pois não queria que esta colocasse a população contra seus planos de poder, e assim, houve a reinserção do ensino religioso nas escolas públicas. E, em função de tal contexto político, a Carta Magna de 1934 trouxe a seguinte diretriz sobre o ensino religioso:

Art. 153 - O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais (Constituição de 1934).

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei 4024 de 1961, tramitou treze anos no Congresso Nacional, em que dois grupos se antagonizaram: o dos estatistas, de tendência esquerdista, que queriam que o Estado definisse os valores que deveriam ser lecionados para o controle da sociedade; e o grupo dos liberalistas que incluíam parlamentares de centro e de direita, que defendiam que caberia ao Estado apenas propor a diretriz nacional sem interferir na liberdade de formação educacional dos indivíduos, que foram vitoriosos.

E assim, prosseguiu o ensino religioso no Brasil, que após o Regime Militar trouxe na Carta Magna da nova República a seguinte diretriz:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos

Após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) 9.394 de 20 de dezembro de 1996 foi anunciado, sete meses depois, um artigo (33) que versa sobre o Ensino Religioso onde passou a ser definido como disciplina de caráter científico e constante da grade curricular do Ensino Básico brasileiro, a partir dos PCNs – Parâmetros Curriculares Nacionais.

Diante disso observa-se uma possível estratégia política da Igreja Católica Romana em torno de seus próprios fins, ou seja, manter-se como hegemônica tanto no que tange a própria questão religiosa quanto a quanto questão educacional dentro do Brasil com ênfase na manutenção do Ensino Religioso pelos cofres públicos.

Contudo, a partir da ideia de uma educação dita laica no ensino público de acordo com o artigo 33 antes mencionado, a proposta aprovada que consta nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Religioso (PCNER) modificou o caráter do Ensino Religioso, que, de religioso passou a ser “científico”, epistemológico destituído de proselitismo.

O Ensino Religioso então se desvinculou de concepções anteriores transformando-se em disciplina do Sistema Nacional de Ensino com todas as características que lhes são próprias, como por exemplo definir objeto e objetivos próprios considerando duas áreas que este componente está entrelaçado que é a educação escolar pública e a religião.

Essa nova concepção do Ensino Religioso preconiza o entendimento da religião, não necessariamente vinculada às instituições religiosas onde a estratégia foi alterar o conceito do termo religião, tradicional que indica um “religar” a Deus para um sentido de “reler”, ou seja, a religião no sentido amplo de uma releitura.

A partir deste contexto, o Ensino Religioso passa a ter como enfoque o fenômeno religioso, e como objetivo a releitura, num sentido epistemológico passando para o âmbito secular, tratado epistemologicamente, tendo como fundamento as ciências da religião, tais como a filosofia, a história, a sociologia e a antropologia da religião.

Partindo-se do pressuposto que a escola é considerada como sendo um espaço de construção de conhecimentos historicamente produzidos pelas sociedades, pelos homens, e, tendo essa proposta para o Ensino Religioso um caráter de conhecimento religioso, poderia estar disponível na própria escola para qualquer cidadão que por ventura gostaria de ter acesso a esses conhecimentos.

Conseqüentemente o ensino religioso seria admitido como área de conhecimento, ao lado de outros saberes que compõem o currículo escolar sendo instituído como uma disciplina do sistema educacional que possui objeto de estudo específico, no caso o fenômeno religioso. Somado a este objeto de estudo tem-se também um conteúdo próprio, o conhecimento religioso e um tratamento didático, a didática do fenômeno religioso, além dos objetivos definidos, metodologia própria e sistema de avaliação organizados na própria proposta.

Numa visão mais ampla sobre o campo religioso e o Ensino Religioso como sendo uma disciplina curricular dentro das escolas, é evidente que o grupo que detêm maior poder é a Igreja Católica, principalmente em se tratando do Brasil.

Não obstante, as transformações sociais ocorridas através dos tempos em todas as sociedades mundiais, no que tange não apenas as questões relacionadas a religião, mas em todos os âmbitos, são consideradas como uma globalização da religião e tem claramente modificado todos os cenários da vida social e demonstrado uma grande batalha dentro desse campo para a manutenção desta possível hegemonia.

Ainda prevalece uma enorme insistência na ideia de que a religião é inerente ao ser humano e que a tarefa da escola é explicitar esse chamado fenômeno religioso em suas mais variadas manifestações o que em tese viabilizaria estabelecer diálogos entre as diferentes religiões.

Em 13 de novembro de 2008 foi assinado um acordo entre o Ministério das Relações Exteriores e o Secretário de Estado do Vaticano, para que o ensino religioso permanecesse nas escolas públicas. Foi, na realidade, um “jeitinho brasileiro” de driblar a nova Constituição, que definiu:

Art. 19. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I- estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público (Constituição de 1988).

A BNCC: DOCUMENTO ATUAL

Outro documento que faz reflexões e discussões cerca desta temática é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 20 de dezembro de 2017 alterando regimentos e instruções que normatizam e objetivam a forma como a educação básica acontece no Brasil (BRASIL, 2017, p. 5).

A BNCC trata das competências específicas para o ensino religioso, a saber:

1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.
2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.
3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida.
4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.
5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio

ambiente.

6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz (BNCC, 2017).

Nota-se, por meio destas competências, a transposição da doutrinação religiosa para a ampliação das funções humanísticas dela pertinentes, o que em si se tornou um aspecto interessante na formação discente.

Vale ressaltar que a BNCC teve sua preparação fundamentada e instrumentalizada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN - nº. 9394/96, de 20/12/1996), nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN's), de 2013, além de vários outros documentos que são apresentados na homologação do documento final.

Este documento foi elaborado como sendo uma proposta de alinhamento para a educação no Brasil conforme mostra Santos & Diniz-Pereira (2017, p. 282):

De forma crescente, amplia-se o processo de padronização dos currículos da educação básica, tanto no Brasil como em diferentes países do mundo.

Esta uniformização de ordem nacional abarca as instituições públicas e privadas de ensino no que tange às diferentes aprendizagens a serem consolidadas no decorrer dos diferentes níveis da educação básica.

A BNCC é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2017).

Este documento almeja que todos os estudantes brasileiros que estudam no Brasil desenvolvam os mesmos conhecimentos, habilidades e competências. Sem ter distinção entre ensino público e privado, cada um destes segmentos da Educação terá certo princípio de autonomia, respeitado aquilo que estiver contido no documento da BNCC.

Em se tratando especificamente do Ensino Religioso apresentado pela BNCC, identifica-se que este deixa de ser apenas um componente curricular e passa a ser encarado como uma área do conhecimento, assim como as outras áreas que já estão estabelecidas no sistema educacional brasileiro (BRASIL, 2017, p. 27). Ainda que o ensino religioso fazia parte do currículo brasileiro, principalmente no ensino fundamental, foi apenas nas últimas décadas que conquistou status e características análogas aos outros componentes curriculares.

Num dos trechos da BNCC é possível conhecer a história do Ensino Religioso no Brasil apresentado com seu caráter confessional e catequético que permaneceu por um bom tempo no campo educacional. Por isso, Wachholz (2015) aponta que o Ensino Religioso, tal qual conhecemos atualmente é originário de grandes investimentos dos órgãos que gestam

a educação e de órgãos que produzem pesquisas acadêmicas científicas no âmbito do Ensino Religioso.

A BNCC deixa claro que o Ensino Religioso tem como objeto de estudo o conhecimento religioso e que não compactua com tendências confessionais e catequéticas. A oferta é obrigatória para as instituições públicas sendo facultativo para o corpo discente (Art. 33, da Lei 9394/96).

Os objetivos do Ensino Religioso que constam na BNCC são (BRASIL, 2017, p. 436):

- a) Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos;
- b) Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença, no constante propósito de promoção dos Direitos Humanos;
- c) Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal;
- d) Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania.

O posicionamento da BNCC relacionada ao Ensino Religioso sugere a pesquisa e o diálogo como caminhos para concretização das próprias competências indicadas para o Ensino Religioso no Ensino Fundamental ou, conforme Linz e Cruz (2017, p. 144),

O Ensino Religioso proposto pela BNCC tem seus aspectos pedagógicos pautados na valorização da experiência do aluno e da aluna e nos princípios de conhecer, respeitar e conviver.

Nas competências estabelecidas para o Ensino Religioso que constam na BNCC é possível conjecturar essa temática (BRASIL, 2017, p. 437):

- a) Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos;
- b) Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios;
- c) Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida;
- d) Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver;
- e) Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente;
- f) Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os

Direitos Humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

No documento da BNCC fica explicitada a divisão entre as diferentes etapas do ensino fundamental daquilo que se espera relacionado ao Ensino Religioso onde aparecem diferentes evidências nos objetivos e habilidades distribuídas nos anos iniciais: 1º ao 5º e nos anos finais: 6º ao 9º. Ratifica-se essa percepção distinta entre as fases do ensino fundamental a partir dos estudos de Linz e Cruz (2017, p. 146):

podemos enfatizar que esses objetivos contemplados no Ensino Religioso visam, num primeiro momento, levar o educando e a educanda nos anos iniciais a conhecer e identificar as diferentes linguagens, o sistema religioso e não religiosos, assim como as manifestações nas diversas culturas como fenômenos socioculturais presentes em nosso cotidiano e, por isso, enfatiza o uso de verbos perceber, reconhecer compreender e identificar, entre outros. Em um segundo momento, estaria o desenvolvimento de outras habilidades e competências mais complexas do que as expostas no primeiro onde tem seus aspectos pedagógicos pautados na valorização da experiência do aluno e da aluna e nos princípios de conhecer, respeitar e conviver. [...] na segunda fase, nos anos finais, o Ensino Religioso busca fazer com que o educando e a educanda reflitam criticamente sobre essas diversas manifestações, linguagens, etc., justificando a utilização de verbos como analisar, problematizar, construir, entender e construir.

As competências específicas estão distribuídas ao longo do currículo da educação básica, no ensino fundamental, pois não há proposta vigente para o Ensino Religioso no ensino médio. Todavia, no texto introdutório para o Ensino Médio, a BNCC (p. 467) apresenta como trabalho da escola:

“promover o diálogo, o entendimento e a solução não violenta de conflitos, possibilitando a manifestação de opiniões e pontos de vista diferentes, divergentes ou opostos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no exposto, pode-se constatar que as políticas que resultaram na inserção do ensino religioso nas escolas públicas, sempre esteve envolto em polêmicas e grandes grupos de pressões, exercidas pela Igreja Católica Apostólica Romana. Num primeiro momento, as ordens religiosas exerceram grande relevância na constituição dos colégios religiosos, o que se desde a fase colonial até a atualidade. No entanto, reflexões filosóficas educacionais aliadas a grupos de pressões, acabaram por redefinir as competências do ensino religioso no Brasil, antes doutrinário, mas a partir da BNCC voltadas para a difusão da cultura de paz, o respeito às diversidades e a todas as liberdades de crenças.

Nos escritos da BNCC fica claro que a busca por uma cultura de paz se tornam indispensáveis principalmente por grupos que vislumbram a valorização das diferentes manifestações religiosas, o direito à liberdade de crença, a promoção dos Direitos Humanos, o pluralismo de ideias, princípios e valores éticos visto que, na contramão destas ideias há

um crescente número de casos de intolerância religiosa no Brasil.

Percebe-se no Brasil, que pode ser considerado como sendo um país de grande diversidade, usando essa própria diversidade como estopim de brigas, desavenças, confrontos, violência e intolerância. Não é incomum ter notícias revelando discursos de ódio que aparecem inclusive nas próprias pregações religiosas que, via de regra, deveriam promover a paz, a aceitação do outro, o respeito ao diferente e as diferenças, a dignidade e a valorização da vida visto que o legado histórico do Brasil e a atual conjuntura demandam uma educação que seja pautada no respeito à diversidade.

A tarefa de educar para a paz não deve ficar restrita apenas para o Ensino Religioso porquanto as dez competências gerais da BNCC distribuem para todas as áreas do conhecimento sugerindo que se faça o mesmo porque essa temática não é específica do Ensino Religioso, é sim mais uma de suas atividades.

Neste panorama encontra-se no documento (BRASIL, 2017, p. 10) a competência geral de número nove (09) que assim é mostrada:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos Direitos Humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

Naquilo que é pertencente ao Ensino Religioso ilumina-se a possibilidade de uma educação para a alteridade, ou seja, uma sugestão de educação que não olhe o outro, como um inimigo, mas sim apenas como diferente. O Ensino Religioso a partir dessa proposta deveria efetivamente vislumbrar a busca pelo diálogo e pelo respeito a todas as pessoas, materiais e manifestações que possam ser diferentes visto que cenários de hegemonias e os ditos estereótipos religiosos não tem espaço nessa proposta da BNCC.

Ao tratar do o Ensino Religioso como uma grande área do conhecimento, pode-se estabelecer diretrizes com fins de contribuir para uma educação mais humanizada, plural e pacifista advertindo ser grande este desafio visto que não é incumbência apenas das escolas ou dos professores de Ensino Religioso promoverem e garantirem a efetivação daquilo que consta na BNCC. Se faz necessária várias mudanças de pensamentos e ações que vão muito além do espaço escolar onde a cultura de paz antes de ser considerada apenas um tópico da Educação deve ser vista como um compromisso social que exige diferentes ações de diferentes atores.

A implantação e efetivação de uma cultura de paz necessita de grande o esforço no sentido de modificar alguns pensamentos e ações de pessoas com um fim amplo, mas único: promover a paz. Como nas palavras de Dupret (2002, p. 91): “É hora de começarmos a convocar a presença da paz em nós, entre nós, entre nações, entre povos”.

O que se tem, efetivamente do componente curricular Ensino Religioso é um documento que sinaliza algumas diretrizes que para sua concretização necessitam de

aparelhos para que possam implementar, de fato, o que foi recomendado e, mais ainda para que possam ser aplicados no exercício de intervenção dos professores no dia a dia das escolas não apenas no Ensino Religioso, mas em outros componentes curriculares também.

Assim sendo cabe ressaltar que essa tarefa não é apenas exclusividade da escola ou do Ensino Religioso, mas sim da sociedade como um todo ainda que fique claro que o Ensino Religioso, enquanto área de conhecimento, possua evidente responsabilidade sobre esse assunto e que dificilmente terá êxito se atuar de forma isolada ou exclusiva necessitando de práxis educativas interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares. O projeto pedagógico das escolas e os planejamentos de cada professor em suas respectivas disciplinas constituem um cardápio dos instrumentos necessários para isso.

Diante deste cenário pode-se compreender que apenas as Leis e os documentos jamais serão suficientes para garantir uma cultura de paz uma vez que o que está apresentado em palavras, leis ou normas precisa ser incorporado na prática das pessoas conforme sugere Dupret (2002, p. 91) pois, nas palavras de Adorno (2011 p. 77) é imprescindível:

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos Direitos Humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Sergio. **Violência e crime: sob o domínio do medo na sociedade Brasileira**. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (orgs.). **Cidadania, um projeto em construção**. 1ª ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Moderna, 2006.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2017.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos de Brasil de 1934**. Brasília: Senado Federal, 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2020.

BRASIL. **Lei do Império de 15 de outubro de 1827**. Brasília: Senado Federal, 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 4024/1961** Brasília: Senado Federal, 2020.

CORTESÃO, Jaime. **A Carta de Pero Vaz de Caminha**. Lisboa: Editora Dois Mundos, 1943.

DUPRET, Leila. **Cultura de paz e ações sócio-educativas: desafios para a escola contemporânea.** Psicol. Esc. Educ. (Impr.), Campinas, v. 6, n. 1, p. 91-96, jun. 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572002000100013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 23 ago. 2021.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

GIL, A. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LINZ, Eunice Simões; CRUZ, Josilene Silva da. **Objeto de estudo, objetivos e eixos do ensino religioso na base nacional comum curricular.** In: JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo; BRANDENBURG, Laude Erandi; KLEIN, Remí. **Compêndio do ensino religioso.** São Leopoldo, RS: Sinodal, Faculdades EST, Petrópolis, RJ: Vozes, 2017. p. 143-147.

SANTOS, Lucíola Licínio de Castro Paixão; DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. **Tentativas de padronização do currículo e da formação de professores no Brasil.** Caderno CEDES, Campinas, v. 36, n. 100, p. 281-300, dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622016000300281&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 set. 2021.

WACHHOLZ, Wilhelm. **Introdução.** In: JUNQUEIRA, Sérgio Rogério Azevedo. Associação nacional de pós-graduação e pesquisa em teologia e ciências da religião. Ensino religioso no Brasil. Florianópolis, SC: Insular, 2015. p. 19-20.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abordagem saúde renovada 126, 127, 129, 130
Alfabetização 2, 19, 20, 26, 27, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 151, 194, 237
Amazônia mato-grossense 93, 94
Aplicativos 166, 167, 168, 169, 171, 174, 177, 178
Aprendizagem significativa 105, 107, 110, 114, 120, 144
Atividade de aprendizagem 115, 118, 119, 120, 121, 122, 123
Atividade física adaptada 69, 71, 79
Atividades estabilizadoras 68, 69, 71, 76
Atividades funcionais 68, 69, 71, 78
Autoconhecimento 59, 61, 63, 64, 65, 66, 131

B

Bioantropoética 59, 61, 63, 65, 66, 67

C

Cametá 38, 40, 45, 190, 191, 193, 194, 195, 196
Cidadania das mulheres 81, 82, 89
Competência socioemocional 138
Comportamento social virtual 81, 82, 86, 88, 91
Conjuntura 12, 100, 194, 213
Currículo 2, 38, 39, 40, 41, 44, 127, 135, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 164, 170, 189, 208, 210, 212, 215

D

Decantação 216
Diálogo 1, 5, 12, 14, 15, 41, 61, 65, 83, 86, 108, 112, 142, 147, 167, 169, 172, 174, 184, 185, 188, 211, 212, 213, 214, 220
Direitos humanos das mulheres 82, 83, 87, 91
Discente 2, 14, 29, 117, 119, 120, 122, 123, 124, 210, 211
Docente 14, 18, 29, 30, 31, 32, 38, 40, 41, 42, 44, 45, 59, 60, 63, 66, 67, 81, 82, 84, 85, 86, 90, 91, 107, 108, 109, 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 126, 132, 150, 153, 154, 156, 157, 162, 171, 189, 198, 200, 201, 220, 237

E

Educação 1, 2, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 26, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 41, 43,

44, 45, 47, 48, 50, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 65, 66, 67, 68, 71, 74, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 91, 92, 93, 99, 107, 109, 113, 114, 115, 116, 117, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 136, 143, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 229, 230, 236, 237

Educação à distância 82, 178

Educação científica 1, 2

Educação especial 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197

Educação inclusiva 195

Educação profissional 93, 115, 116, 117, 124, 126, 129, 159, 200, 236

Ensino 1, 2, 3, 5, 9, 10, 11, 14, 23, 28, 29, 30, 31, 32, 35, 40, 42, 46, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 65, 81, 82, 83, 91, 92, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 124, 125, 128, 129, 130, 131, 132, 135, 136, 152, 153, 154, 155, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 185, 186, 191, 192, 194, 195, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 228, 229, 230, 232, 234, 235, 236, 237

Ensino de estatística 46, 50, 58

Ensino fundamental 23, 28, 35, 49, 57, 63, 118, 160, 162, 194, 198, 207, 208, 210, 211, 212, 216, 230

Ensino médio 46, 48, 49, 50, 52, 54, 57, 58, 116, 129, 130, 131, 132, 136, 212, 228, 229, 230, 234, 236

Ensino remoto 166, 167, 168, 169, 172, 174, 175, 177

Estágio supervisionado 126, 127, 128, 129, 135, 136, 137, 144

Estudante 2, 110, 112, 150, 151, 152, 155, 157, 171

Estudos de intervenção 18, 19

Ética 20, 29, 30, 31, 32, 33, 61, 62, 66, 67, 107, 140, 141, 143, 146, 148, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 199

Extensão universitária 82, 87, 89, 91, 92

F

Filosofia da educação 159, 181, 182, 183, 186, 187, 188, 189, 214

Filtração 216

Floculação 216

Formação 2, 10, 11, 16, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 50, 54, 56, 59, 63, 65, 66, 82, 84, 87, 90, 91, 94, 95, 100, 105, 106, 107, 111, 113, 114, 117, 118, 119, 121, 127, 128, 132, 133, 135, 136, 137, 140, 145, 147, 152, 156, 157, 161, 162, 163,

164, 168, 177, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 192, 195, 196, 198, 200, 204, 207, 210, 215, 227, 228, 229, 231, 237

Formação em saúde 105

G

Gleba Celeste 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103

H

Habilidades metafonológicas 18, 19, 20, 21, 23, 26

História 3, 4, 5, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 34, 37, 56, 57, 62, 95, 97, 98, 101, 104, 145, 146, 149, 154, 164, 172, 190, 191, 192, 193, 194, 196, 197, 202, 203, 204, 206, 208, 210

I

Inserção social 150, 151, 154

Inteligência emocional 138, 140, 141, 143, 148, 149

Interação escola-universidade 227

L

Licenciatura em Educação Física 126, 127

Liderança 132, 138, 139, 140, 144, 145, 146, 149

M

Meninas nas Ciências 227

Mestrado profissional 105, 106, 107, 113

Metodologia desenvolvimento de competências 115

Metodologias ativas 64, 105, 107, 108, 109, 110, 112, 113, 114, 179

Microrganismo 216

Moral 13, 29, 30, 31, 32, 82, 83, 143, 146, 183, 184, 185, 189, 204, 206

Mulher 83, 84, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 120, 121, 229

Música 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 13, 206

N

Nilza de Oliveira Pipino 93, 94, 98, 99, 102

P

Paralisia cerebral 68, 69, 70, 77, 78, 79

Paulo Freire 12, 13, 16, 107, 109, 117, 125

Pnaic 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 237

Políticas 35, 37, 38, 40, 41, 43, 44, 45, 83, 89, 91, 96, 152, 164, 197, 202, 212

Potabilização 216

Povo iorubá 1, 4, 7, 9, 10

Prática discursiva 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 102

Prática pedagógica 16, 29, 30, 62, 114, 157, 160, 161, 162, 207

Práticas pedagógicas 59, 61, 67, 88, 91, 126, 158, 160, 161, 163, 164, 170, 177

Preditores para alfabetização 19

Produção do conhecimento 34, 45, 181

Q

Química orgânica 227, 230

R

Religiosidade 1, 4, 8, 10, 202

Representação na nutrição 166, 172, 173, 174, 175, 177

S

Sabonetes artesanais 227, 230, 231

Sais de banho 227, 230, 232

Situação de aprendizagem 115, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123

T

Tecnologia 2, 12, 112, 126, 129, 138, 139, 140, 144, 148, 151, 154, 155, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 167, 170, 176, 209, 211


Tendências de pesquisa 34, 35

Tratamento da informação 25, 46, 48, 49, 50, 52, 53, 56, 57

3


A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 


www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



3

A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 